

GRAMÁTICA TRADICIONAL E GRAMÁTICA CONTEXTUALIZADA NO ENSINO FUNDAMENTAL II: IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA DOCENTE DE LÍNGUA PORTUGUESA

TRADITIONAL GRAMMAR AND CONTEXTUALIZED GRAMMAR IN UPPER ELEMENTARY SCHOOL: IMPLICATIONS FOR PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING PRACTICE

Nelli de Sousa Lins Santos^{1*}

Rizelma dos Santos Bandeira Silva^{2**}

RESUMO

O ensino da gramática sempre ocupou um lugar de destaque nas discussões sobre o ensino de Língua Portuguesa, especialmente diante das transformações promovidas pelos estudos linguísticos e pelas orientações dos documentos curriculares brasileiros. Diante dessa realidade este artigo analisa as implicações da gramática tradicional e da gramática contextualizada para a prática docente no Ensino Fundamental II. Esta pesquisa analisa como a gramática tradicional e a gramática contextualizada repercutem no trabalho pedagógico desenvolvido no Ensino Fundamental II, partindo da ideia de que a simples memorização de regras e classificações não é suficiente para garantir uma formação linguística adequada para o aluno. Por esse motivo esta pesquisa apresenta diferentes perspectivas de compreender a linguagem e a própria gramática, mostrando os princípios, os pontos positivos e as limitações de cada abordagem, além de discutir como a análise linguística pode promover a integração entre elas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa e natureza descritiva, fundamentada em autores como Bakhtin (1998), Geraldi (1984), Travaglia (1996), Possenti (1996), Antunes (2007), Neves (2003), Marcuschi (2008), Faraco (2008), Bagno (1999), Koch (1989) e Fiorin (1998), além dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) e da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018). As pesquisas que foram realizadas mostraram que a gramática tradicional desempenha um papel importante no ensino da norma-padrão, apesar de apresentar algumas limitações quando ensinada de forma isolada dentro do ambiente escolar. A gramática contextualizada, por sua vez, surge como uma alternativa indispensável para superar essas limitações, pois conecta as regras estruturais às situações reais de uso da língua. Este artigo vem mostrar que incluir conhecimentos gramaticais às práticas de leitura reais e investindo na formação inicial e continuada dos professores é um método produtivo para auxiliar os alunos a usar a língua de maneira crítica.

Palavras-chave: Ensino da gramática; Análise linguística; Ensino Fundamental II; Linguística Aplicada; Formação docente.

* Graduanda do Curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e Espanhola pelo Instituto Federal de Roraima.

E-mail: linsnelli4@gmail.com

** Graduanda do Curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Literaturas de Língua Portuguesa e Espanhola pelo Instituto Federal de Roraima.

E-mail: rizelma91@outlook.com

ABSTRACT

The teaching of grammar has always played a prominent role in discussions about Portuguese language instruction, especially in light of the changes brought about by linguistic studies and the guidelines set forth in Brazilian curriculum documents. In light of this reality, this article analyzes the implications of traditional grammar and contextualized grammar for teaching practice in upper elementary school. This study examines how traditional grammar and contextualized grammar impact pedagogical practices in upper elementary school, based on the premise that the mere memorization of rules and classifications is insufficient to ensure adequate linguistic education for students. For this reason, this study presents different perspectives on understanding language and grammar itself, highlighting the principles, strengths, and limitations of each approach, as well as discussing how linguistic analysis can foster integration between them. This is a bibliographic study with a qualitative approach and descriptive nature, grounded in the work of authors such as Bakhtin (1998), Geraldi (1984), Travaglia (1996), Possenti (1996), Antunes (2007), Neves (2003), Marcuschi (2008), Faraco (2008), Bagno (1999), Koch (1989), and Fiorin (1998), as well as the National Curriculum Parameters (BRAZIL, 1998) and the National Common Core Curriculum (BRAZIL, 2018). The studies conducted have shown that traditional grammar plays an important role in teaching standard language, although it has some limitations when taught in isolation within the school setting. Contextualized grammar, in turn, emerges as an indispensable alternative for overcoming these limitations, as it connects structural rules to real-life situations of language use. This article demonstrates that integrating grammatical knowledge into real-world reading practices and investing in initial and continuing teacher education is an effective method for helping students use language critically.

Keywords: Grammar instruction; Linguistic analysis; Upper elementary school; Applied linguistics; Teacher education.

1 INTRODUÇÃO

Os estudos da gramática permanecem como um dos temas mais analisados na área da educação linguística. Com o passar dos anos, os avanços nos estudos sobre a língua e atualizações nas diretrizes curriculares, especialmente na Base Nacional Comum Curricular (Brasil 2018), têm mostrado grandes mudanças na forma de entender o trabalho pedagógico com a Língua Portuguesa quando questionado práticas tradicionais centradas na memorização de regras, é possível notar que algumas escolas convivem com modelos distintos: de um lado a tradição que foca a norma-padrão e, de outro, ideias que defendem o uso da língua em situações reais de comunicação. Esse empasse revela porque esse debate segue atual mesmo com orientações oficiais existentes, a distância entre teoria e sala de aula permanece impactando diretamente a formação dos alunos e a rotina dos professores.

Tescari Neto e Bergamini-Perez (2023) sustentam que o ensino de gramática na

Educação Básica deve articular o estudo das normas gramaticais à análise linguística, possibilitando que os estudantes compreendam tanto o funcionamento da norma-padrão quanto os usos da língua em diferentes contextos de comunicação. Os autores ainda destacam que essa proposta está de acordo com as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Com base nessas observações, fica claro que muitos educadores ainda consideram as variantes da norma-padrão como “erros”, devido à falta de fundamentação para lidar com essa diversidade linguística. Isto deixa claro que o ensino de língua portuguesa não se resume a uma questão metodológica, mas também diz respeito a uma transformação de atitude em relação à língua a qual nenhuma diretriz oficial é capaz de impor de forma isolada.

Surge então uma questão central: quais são as implicações da gramática tradicional e da gramática contextualizada para a prática docente no Ensino Fundamental? Pensar sobre essa problemática se torna importante porque as diferentes concepções de linguagem influenciam diretamente as metodologias adotadas em sala de aula e também na formação voltada ao funcionamento da língua empregada pelos estudantes.

Este artigo tem como objetivo analisar as implicações da gramática tradicional e da gramática contextualizada para a prática de ensino de língua portuguesa no Ensino Fundamental II. Tendo como objetivos específicos: abordar as diversas concepções de língua e gramática; discutir a definição da gramática tradicional e suas limitações; expor os princípios da gramática contextualizada e da análise linguística; e refletir sobre como essas abordagens contribuem para a prática pedagógica.

O artigo está organizado em sete tópicos, inicialmente na introdução abordam-se tudo o que será exposto no artigo. Em seguida, é exposta a metodologia da pesquisa trazendo a forma como a pesquisa foi desenvolvida, na sequência os as concepções de linguagem e gramática tratando sobre principais concepções de linguagem e diferentes perspectivas de gramática: normativa, descritiva e internalizada. No tópico seguinte vem trazendo a gramática tradicional: características e limitações, abordando a concepção tradicional de ensino da gramática e limitações da gramática tradicional no ensino fundamental II. Na sequência gramática contextualizada e análise linguística, abordando sobre a gramática contextualizada no ensino de língua portuguesa e a análise linguística como prática pedagógica. No sexto tópico é tratado sobre as implicações para a prática docente. Finalizando expondo as considerações finais, que revisitam as principais reflexões da pesquisa.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e natureza descritiva, por fundamentar-se na análise de obras científicas e documentos oficiais relacionados ao ensino de Língua Portuguesa dando destaque em debates sobre gramática tradicional, contextualizada e análise linguística.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir da seleção de livros, artigos científicos, documentos normativos e publicações acadêmicas reconhecidas na área da Linguística e do ensino de Língua Portuguesa. Para a composição do referencial teórico, foram priorizadas obras consideradas clássicas, por sua relevância na consolidação das discussões sobre o ensino da gramática, como as de Bakhtin (1998), Geraldi (1984), Travaglia (1996), Possenti (1996), Antunes (2007), Neves (2003), Marcuschi (2008), Faraco (2008), Bagno (1999), Koch (1989) e Fiorin (1998), além dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) e da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018).

Além dessas obras clássicas, foram inseridos estudos publicados entre 2021 e 2025, com o objetivo de atualizar a discussão acerca do ensino de gramática após a implementação da BNCC. Entre esses estudos destaca-se Silva, Pereira e Paulino (2021), Jesus e Nogueira (2023) e Guimarães (2025), que abordam aspectos relacionados à análise linguística e os desafios da formação docente. A seleção do material bibliográfico considerou como critérios de inclusão obras que discutem diretamente as concepções de linguagem, o ensino da gramática, as práticas de linguagem e a formação de professores de Língua Portuguesa.

Para a localização das publicações, foram consultadas bases de dados e fontes acadêmicas amplamente utilizadas na área da Educação e da Linguística, como Google Acadêmico, Portal de Periódicos da CAPES e revistas científicas especializadas, além de livros de referência adotados em cursos de Letras e documentos oficiais do Ministério da Educação.

A análise dos materiais consultados foi desenvolvida por meio de leituras exploratória, analítica e interpretativa, com o intuito de identificar as contribuições de cada autor para a compreensão das concepções de linguagem das diferentes abordagens de ensino da gramática e dos reflexos dessas questões na prática pedagógica do Ensino Fundamental II. Logo após, as informações coletadas foram organizadas em categorias temáticas, separando as que tratavam sobre a gramática tradicional das que falavam sobre a gramática contextualizada, o que possibilitou estabelecer relações entre as perspectivas teóricas analisadas e os objetivos definidos para esta pesquisa.

3 CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM E DE GRAMÁTICA

Muitas interpretações de linguagem afetam diretamente o modo como a Língua Portuguesa é ensinado nas escolas, isso porque a forma como o professor entende a linguagem afeta na execução dos objetivos das aulas, nas suas escolhas de conteúdos e na importância dada ao trabalho com a gramática. Por esse motivo, é importante discutir essas ideias para compreender como as práticas pedagógicas estão acontecendo no ambiente escolar.

Para Bakhtin (1998, p. 113), “a linguagem não existe apenas na boca de uma pessoa, nem no pensamento de um falante isolado. Ela se materializa entre os sujeitos que dialogam”. A língua só faz sentido quando é praticada. Ela não é um conjunto de regras estáticas guardadas na cabeça de alguém ou em um dicionário. A linguagem é viva e dinâmica e só ganha significado real quando sai do isolamento e passa a existir no espaço entre as pessoas. As explicações sobre o funcionamento da linguagem evoluíram, deixando de vê-la apenas como expressão do pensamento ou código de comunicação.

A análise da linguagem como prática social encontra forte sustentação nos estudos de Bakhtin (1998). Para ele, os sentidos são produzidos nas relações estabelecidas entre os interlocutores e não apenas na estrutura da língua. Esse entendimento aproxima-se das reflexões de Fiorin (1998), ao reconhecer que todo discurso está relacionado aos valores e às condições sociais em que é produzido.

Essas ideias influenciaram as discussões sobre as atividades pedagógicas realizadas em sala de aula pelos professores, mudando o foco de uma aprendizagem baseada exclusivamente na memorização de regras para um reconhecimento que privilegia o uso da língua em situações reais de comunicação. Conforme afirma Travaglia (1996), as diferentes concepções de linguagem fundamentam distintas metodologias pedagógicas, por isso, conhecer essas concepções é essencial para perceber as mudanças ocorridas no estudo da gramática nas últimas décadas nas escolas.

Ao analisar os autores estudados, percebe-se que o entendimento que o educador possui sobre sua própria linguagem determina o caminho de sua prática pedagógica. Se ele a enxerga apenas como um conjunto rígido de normas e estruturas, o ensino, por sua vez, tende a focar na memorização de definições e classificações gramaticais, frequentemente desconectadas da realidade dos alunos. Por outro lado, ao perceber a linguagem essencialmente como uma prática social elaborada nas interações entre indivíduos, a rotina em sala de aula passa a valorizar a interação e a produção de sentidos desse aluno.

É perceptível que no cotidiano das escolas de Ensino Fundamental II, ainda é comum encontrar aulas em que os conteúdos gramaticais são trabalhados por meio de exercícios de classificação e identificação e essa realidade demonstra que, apesar das mudanças propostas

pelos estudos linguísticos, muitos procedimentos tradicionais permanecem presentes.

3.1 Principais concepções de linguagem

Como destaca Travaglia (1996, p. 19), “a forma como se entende o que é a linguagem define todo o caminho que se vai seguir no seu ensino”. Essa citação de Travaglia deixa claro que a metodologia do professor não é neutra. Se eu enxergo a linguagem apenas como um conjunto de regras, minhas aulas serão mecânicas e focadas na memorização. As diferentes propostas pedagógicas estão diretamente ligadas às concepções de linguagem assumidas pelos docentes.

Na primeira concepção, ele entende a língua como um derivado do pensamento sobre como a pessoa pensa, organiza suas ideias na mente e só então fala ou escreve por meio da língua. Assim, a comunicação se relaciona à capacidade do falante de estruturar seu pensamento de maneira adequada, por isso o ensino tradicional valorizou o conhecimento das normas gramaticais e a correção linguística como indicativos de um bom desenvolvimento comunicativo.

Posteriormente, o autor introduz a linguagem como um instrumento de comunicação sob influência dos estudos estruturalistas e pela Teoria da Comunicação. Essa perspectiva trata a língua como um código empregado para transmitir mensagens de um emissor a um receptor e prioriza a estrutura do sistema linguístico em acordo com os aspectos sociais e culturais que moldam a construção de sentidos.

Para Geraldi (1984, p. 27), “o ensino da língua não pode começar pelas regras, mas sim pelos textos que circulam na vida das pessoas”. Na mesma direção, afirma Antunes (2007, p. 42): “a gramática só faz sentido se for uma ferramenta para entender melhor o que lemos e o que escrevemos”. Esse posicionamento encontra apoio nas ideias de Bakhtin (1998), para quem a linguagem se concretiza na interação entre os sujeitos. Na mesma linha de pensamento, Antunes (2007) afirma que o estudo da gramática deve estar integrado às experiências de leitura, escrita e oralidade, fazendo com o que o estudante saiba assimilar o funcionamento da língua em situações reais. Marcuschi (2008) também complementa essa discussão ao destacar que a aprendizagem da língua ocorre por meio dos diferentes gêneros textuais, utilizados nas intervenções pedagógicas sociais de comunicação.

Os documentos oficiais mais importantes da educação brasileira, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), trazem a ideia que a aprendizagem da língua portuguesa deve promover ações de linguagem que integrem a análise linguística, fazendo com que a gramática deixe de ser um conteúdo

ensinado de maneira isolada e se torne uma ferramenta para a análise e produção de textos. A linguagem não fica somente na teoria, mas interage com as práticas pedagógicas de forma muito real.

3.2 Diferentes perspectivas de gramática: normativa, descritiva e internalizada

A ideia de gramática tem sido um tema para várias leituras em todos os campos de pesquisa linguística. Por muitos anos, muitos estudiosos acreditaram que isso significava apenas regras que definiam o uso adequado da linguagem. No entanto, os avanços nos estudos da linguística prova que esta perspectiva é limitada, porque a linguagem atua como algo que muda constantemente ao longo do tempo.

Na visão de Neves (2003, p. 78), reconhecer essas diferentes perspectivas é fundamental afinal. “a gramática não é um conjunto de leis prontas, mas uma forma de refletir sobre como falamos e escrevemos”. Os autores defendem que a maneira como o professor compreende a gramática influencia diretamente seus objetivos pedagógicos, uma vez que os conteúdos gramaticais não se limitam à transmissão dessas regras, levando em conta as várias formas de funcionamento da língua. Isso significa que o ensino passa a ser visto de forma sociocultural e discursiva, onde a língua é entendida como uma forma de interação humana e não apenas como um sistema abstrato de regras fixas.

Neves (2003) reforça essa ideia ao afirmar que os conhecimentos gramaticais devem incentivar a reflexão sobre como a língua é usada em diversas situações de comunicação, segundo ela a gramática não é um fim em si mesma, mas uma ferramenta que ajuda o aluno a reconhecer e criar textos de maneira mais eficaz. Por isso, o ensino de gramática deve estar integrado às atividades de leitura e escrita, permitindo que os alunos compreendam os efeitos de sentido gerados pelas escolhas referentes à linguagem.

Com base nessas reflexões, Travaglia (1996) identifica algumas noções essenciais de gramática, dentre elas: a gramática normativa, a gramática descritiva e a gramática internalizada. Essas concepções coincidem no ensino da gramática tradicional e influenciam, em diferentes abordagens pedagógicas utilizadas nas escolas, trazendo mudanças da simples memorização de regras para a análise da linguagem.

Ao reunir as ideias dos autores clássicos e das pesquisas mais recentes, é possível compreender que o debate não se resume a escolher entre gramática tradicional ou contextualizada, a grande questão é definir qual função cada saber deve cumprir no processo de ensino. Enquanto Travaglia (1996), Geraldi (1984) e Antunes (2007) focam na necessidade de romper com o ensino apenas prescritivo, autores como Neves (2003) e, mais recentemente,

Faraco (2008) alertam que não se pode abrir mão de uma base conceitual mínima e esses dois pontos de vista não são opostos, mas se complementam. Isso nos permite inferir que o problema histórico do ensino de gramática não foi a existência de regras ou classificações, mas sim o fato de elas terem sido tratadas como um fim em si mesmas, em vez de ferramentas para analisar a língua.

Esses estudos sugerem que não há uma única maneira de ensinar gramática, há muitas opções, e tudo depende de como cada mediador de aprendizagem entende a língua e seu ensino. As observações feitas em ambiente escolar durante estágios supervisionados mostraram que algumas salas priorizam quase que exclusivamente a utilização de regras, sem qualquer aplicação prática. Essa situação demonstra a necessidade de investir em propostas que estimulem a reflexão sobre o funcionamento real da língua, ligando o estudo da gramática às vivências dos alunos na comunicação.

Ao comparar essas informações com as observações feitas durante o estágio supervisionado, foi possível notar uma contradição considerável. Embora a BNCC (BRASIL, 2018), e a maioria dos teóricos defendam a integração da gramática às atividades de leitura e escrita, ainda há muitas salas de aula que utilizam exercícios isolados e memorização.

Isso muitas vezes é resultado da falta de formação continuada desses professores, ele não consegue trazer para a sala de aulas outras metodologias para ensinar esse conteúdo. Porém não basta apenas oferecer cursos rápidos, é preciso também revisar a formação inicial desse docente, que muitas vezes ainda separa a teoria gramatical da prática pedagógica, deixando-os inseguros para fazer mudanças e em alguns casos até despreparados para esses momentos.

Conforme Travaglia (1996), a gramática normativa é a que costuma predominar nas escolas. Para Faraco (2008, p. 59), porém, é preciso cuidado: “a norma-padrão não é a língua de um grupo de elite, nem a ‘língua certa’ é apenas o modelo que se convencionou usar em situações formais públicas”.

A gramática normativa tradicional concentra-se em criar regras que definam o que conta como uso correto da língua, com o objetivo de conduzir os falantes em direção à norma padrão, destacando formas socialmente valorizadas e rejeitando aquelas consideradas erradas em ambientes formais. Esse conceito tenta mostrar como a linguagem deve funcionar, tendo como referência um modelo idealizado e o mais comumente ensinado, levando a um método de ensino construído em torno da lembrança de regras e da realização de exercícios repetitivos para o trabalho de sintaxe.

A permanência da gramática normativa nas escolas demonstra que seu ensino continua sendo valorizado. Até porque, é um conhecimento que continua a ser cobrado, por exemplo,

nos concursos e em alguns vestibulares. Entretanto, os estudos mais recentes indicam que o domínio dessas regras por si só, não garante que o estudante consiga utilizar a língua de maneira eficiente em diferentes situações de comunicação.

Dividindo esse mesmo pensamento, Possenti (1996) sustenta que o ensino focado exclusivamente na gramática normativa não assegura o aprimoramento da competência linguística dos alunos. Essa noção destaca que o ensino gramatical vai além da simples memorização de regras, uma vez que o aluno precisa entender como a língua opera em diversas situações onde ele necessite se comunicar.

De acordo com Travaglia (1996), a gramática descritiva busca explicar como os falantes utilizam a língua em contextos reais, observando as regularidades nos usos linguísticos, ao contrário da gramática normativa, que define regras de correção. A gramática descritiva se dedica à análise e à verificação dos mecanismos que organizam a língua em uso.

Essa visão baseia-se com as reflexões de Neves (2003), ao afirmar que o estudo da gramática deve ser baseado na observação da língua em uso. Segundo a autora os fenômenos gramaticais só podem ser totalmente entendidos quando examinados em contextos de comunicação, permitindo que o aluno entenda as funções que as escolhas linguísticas exercem na construção de significados.

Argumenta Possenti (1996, p. 31): “não há variedade linguística ‘feia’ ou ‘errada’ todas são organizadas e cumprem sua função no grupo social onde surgem”. O autor defende que toda variedade linguística possui organização e regras próprias, razão pela qual o ensino não deve ser limitado à memorização de classificações gramaticais, mas promover a reflexão sobre o funcionamento dessa língua.

Faraco (2008) também entra nessa discussão ao destacar que a diversidade da língua é uma característica inerente às línguas naturais, suas reflexões apresentadas permitem observar que a gramática descritiva significa reconhecer que os diferentes usos da língua não representam necessariamente erros, mas manifestações da variação referente a linguagem presentes nas diversas comunidades de fala.

Observa-se que no âmbito do ensino gramatical, a gramática descritiva favorece uma realidade mais reflexiva sobre a língua, permitindo que os alunos entendam como os recursos linguísticos operam antes de apenas decorar regras, promovendo o aprimoramento da aptidão comunicativa e alinhando o ensino à realidade da língua vivenciada pelos estudantes, sem negligenciar a relevância de conhecer a norma-padrão.

A gramática internalizada é o termo que descreve o conjunto de conhecimentos linguísticos que cada pessoa adquire de forma natural ao interagir em uma comunidade de fala.

Diferente das mencionadas anteriormente, essa se refere à compreensão implícita que permite às pessoas entender e produzir enunciados de forma espontânea, mesmo sem terem recebido instrução formal sobre as regras gramaticais. Travaglia (1996).

Ainda segundo Travaglia esse conhecimento é construído nas interações sociais e possibilita ao falante utilizar a língua de maneira adequada às diferentes situações comunicativas, antes mesmo de ingressar na escola, a criança já domina um conjunto de regras internalizadas que lhe permite comunicar-se com eficiência em seu meio social. Possenti (1996) por sua vez reforça essa visão ao afirmar que todo falante nativo conhece sua língua, ainda que não seja capaz de explicar formalmente suas regras, pois o papel da escola não é ensinar o aluno a falar, mas ampliar sua habilidade linguística, possibilitando-lhe compreender diferentes variedades da língua e utilizar a norma-padrão quando as situações comunicativas exigirem.

Esse discernimento também dialoga com as reflexões de Bagno (1999), que critica a ideia de que os alunos chegam à escola "sem saber português". De acordo com o autor todos os alunos dominam uma variedade linguística legítima que foi adquirida em seu convívio social. O desafio da escola consiste em ampliar esse repertório, promovendo o acesso à norma-padrão sem desvalorizar as variedades linguísticas utilizadas por esses alunos em seu cotidiano.

A defesa apresentada por Antunes aproxima-se das reflexões de Travaglia, uma vez que os dois entendem que a gramática deve estar relacionada ao uso da língua. Esse entendimento também pode ser observado por Neves (2003), a autora destaca que o estudo dos aspectos gramaticais deve se basear nos conhecimentos linguísticos que os alunos já possuem e incentiva o pensamento sobre os diversos usos da língua em vez de apenas memorizar regras. Ainda segundo a autora, o desenvolvimento do conhecimento linguístico se dá quando o estudante compreende como os recursos gramaticais operam na construção dos sentidos dos textos e nas variadas práticas de linguagem.

4 A GRAMÁTICA TRADICIONAL: CARACTERÍSTICAS E LIMITAÇÕES

Durante muito tempo abordagem dos conhecimentos linguísticos tradicionais foi o foco principal nas aulas de Língua Portuguesa. Aprender a língua significava compreender as regras gramaticais e aplicá-las de maneira adequada em diversas situações. Resultando em estratégias focadas na identificação e memorização de estruturas linguísticas comuns no contexto escolar frequentemente sem conexão com as situações reais de uso.

Embora esse modelo tenha contribuído para a organização dos conhecimentos gramaticais e para a valorização da modalidade padrão da língua, as pesquisas desenvolvidas na área

da Linguística passaram a questionar sua utilização como única estratégia de ensino. Alerta Travaglia (1996, p. 72): “se ensinarmos apenas regras sem explicar para que servem, transformamos a gramática num conteúdo sem vida, que os alunos só decoram até a prova”.

Com base nessa discussão, a gramática tradicional ainda desempenha um papel significativo pois, auxilia na organização e apresentação clara das regras da norma-padrão, no entanto, quando ensinada de maneira isolada e sem conexão com as situações reais em que usamos a língua, ela perde muito do seu sentido e faz com que o estudante memorize nomes e definições sem compreender como esses conhecimentos são aplicados na leitura e na interpretação de um texto.

Portanto é necessário compreender tanto as colaborações quanto as limitações do ensino gramatical, reconhecendo sua importância para o domínio da norma-padrão, mas também refletindo sobre a necessidade de integrar esse conhecimento às intervenções pedagógicas de linguagem que caracterizam o ensino contemporâneo de Língua Portuguesa.

4.1 A concepção tradicional de ensino da gramática

Historicamente o ensino gramatical tradicional sempre foi referência para o ensino da língua nas instituições de ensino, com base na tradição greco-latina e na valorização da norma-padrão. Para Travaglia (1996), esse ponto de vista possui caráter essencialmente prescritivo, pois estabelece modelos considerados corretos para o uso da língua, essa opinião ajuda a explicar por que, durante tanto tempo, o trabalho com a língua esteve voltado para essa memorização.

Neves (2003), entretanto, chama atenção para os limites dessa prática ao afirmar que a gramática não deve constituir um fim em si mesma, pois quando o ensino privilegia apenas nomenclaturas e definições, os estudantes podem dominar conceitos gramaticais sem, necessariamente, desenvolver habilidades de escrita e oralidade. Essa reflexão aproxima-se das ideias de Faraco (2008), que também critica a identificação da gramática normativa com a própria língua portuguesa, desconsiderando a variedade linguística presente na sociedade.

Apesar das críticas a gramática tradicional continua sendo relevante, entender a norma-padrão continua sendo fundamental em muitos contextos acadêmicos e profissionais, especialmente na criação de textos formais.

4.2 Limitações da gramática tradicional no Ensino Fundamental II

A constante evolução das pesquisas linguísticas mostrou que o ensino voltado apenas

na gramática tradicional não consegue atender plenamente às exigências atuais da educação em línguas. Os pesquisadores estudados afirmam que para aprender uma língua não é apenas ao conhecimento das regras gramaticais, mas também ser capaz de entender e produzir textos que sejam apropriados para diferentes contextos.

Esclarece Possenti (1996, p. 22): “dominar nomes e definições não garante que alguém consiga se expressar bem ou entender o que lê”. Para Geraldi (1984, p. 19), a prática convencional apresenta uma falha fundamental. “ensina-se sobre a língua, mas não se ensina a usar a língua”. Essas afirmações passam a ideia de que muitas vezes a escola ensina língua focando apenas em exercícios de análise de frases e palavras. Portanto, acredita-se que o ensino deveria começar com textos e situações reais, onde a linguagem é usada de verdade.

Antunes, (2007), também destaca que o trabalho com a gramática não faz sentido quando é desenvolvido de forma descontextualizada, como a autora explica, os conteúdos gramaticais devem estar ligados às atividades de leitura, escrita e oralidade. Marcuschi (2008), compartilha dessa ideia, ele afirma que trabalhar com diferentes tipos de textos ajuda o aluno a entender como a língua funciona na prática.

Esses conhecimentos também encontram apoio nos Parâmetros Curriculares Nacionais, publicados em 1998, e na Base Nacional Comum Curricular, de 2018, que dão orientações para o ensino da Língua Portuguesa. Esses documentos mostram que a educação linguística deve partir das metodologias de linguagem e da análise linguística, eles defendem que os conteúdos gramaticais devem ser trabalhados junto com a leitura, a escrita e a oralidade, sem se limitarem apenas às regras.

Isso mostra que as limitações da gramática tradicional não são motivos para abandoná-la, mas sim para mostrar que é necessário mudar a forma como se ensina gramática, pois compreender as normas da língua é essencial, mas é preciso que isso esteja alinhado com as práticas linguísticas, o objetivo é formar estudantes que consigam usar a língua de maneira crítica e adequada.

É claro que entender as limitações da gramática tradicional não é o mesmo que ignorar seu papel no ensino da Língua Portuguesa e dominar a norma-padrão em diversas situações sociais e acadêmicas. No entanto, os estudos que foram analisados nesta pesquisa mostram que esse conhecimento funciona melhor quando ligado à prática de leitura, escrita, oralidade e estudo linguístico, então o grande desafio para o professor é não deixar de ensinar gramática, mas dar-lhe um significado prático dentro das atividades de linguagem fazendo o uso de diversas metodologias.

5 GRAMÁTICA CONTEXTUALIZADA E ANÁLISE LINGUÍSTICA

As mudanças promovidas pelos estudos linguísticos transformaram a maneira de compreender o componente curricular Língua Portuguesa e aos poucos a ideia de que ensinar gramática significava apenas transmitir regras e classificações passou a ser questionada por pesquisadores que defendem uma concepção de linguagem vinculada às ações sociais. Com isso a gramática contextualizada ganha espaço ao propor que os conhecimentos gramaticais sejam construídos em articulação com as leituras e análise linguística favorecendo aprendizagens mais significativas.

Os questionamentos sobre o ensino de gramática têm sido avaliados por várias pesquisas recentes. Após a implementação da Base Nacional Comum Curricular os estudos até aqui realizados têm evidenciado que, embora a BNCC sugira um ensino focado na análise linguística e nas práticas de linguagem, sua efetivação ainda enfrenta desafios relacionados à formação do professor, ao uso dos livros didáticos e ao uso de metodologias voltadas para gramática normativa. Esses estudos mostram que a mudança para uma abordagem contextualizada não depende apenas das orientações curriculares, mas também da formação continuada desses professores e das condições concretas de ensino.

Os autores pesquisados adotaram abordagens semelhantes em seus estudos, todos concordam que a gramática pode e deve ser ensinada por meio da reflexão sobre o uso real da língua. Trazendo a ideia que para seus conceitos serem importantes para os alunos eles devem estar continuamente integrados às discussões em sala de aula e situações reais. Esse avanço para o ensino do português amplia as possibilidades de aprendizado dos estudantes, sem reduzir a importância da gramática normativa ou desconsiderar a necessidade de dominar a norma-padrão.

5.1 A gramática contextualizada no ensino de Língua Portuguesa

A gramática contextualizada tem o princípio de que os conteúdos gramaticais fazem mais sentido quando relacionados às situações concretas de uso da língua, em vez de estudar regras de forma isolada, o estudante é levado a observar como os recursos linguísticos contribuem para a construção dos sentidos nos textos e para a interação entre os sujeitos.

Essa análise é defendida por Antunes (2007), ao afirmar que a gramática deve estar integrada às práticas de leitura e oralidade ao aproximar o estudo gramatical das experiências reais de linguagem, a autora amplia a papel da gramática no ambiente escolar e evidencia que seu ensino pode auxiliar no aprimoramento da habilidade comunicativa dos alunos. Salienta

Antunes (2007, p. 51): “estudar gramática é aprender a perguntar: por que essa frase foi escrita assim? Que efeito isso causa?”. Para Neves (2003, p. 91), esse movimento parte de um princípio simples: “não há regra que não tenha surgido de um uso real da língua”. Esses posicionamentos nos mostram que ao adotar essa postura, o ensino deixa de privilegiar a repetição de conceitos e passa a estimular a observação da língua em funcionamento.

Marcuschi (2008) amplia essa discussão ao destacar que a língua se concretiza por meio dos gêneros textuais, utilizados nas diversas práticas sociais, pois o estudo dos aspectos gramaticais deve estar articulado ao trabalho com diferentes gêneros discursivos, permitindo que os estudantes compreendam como os recursos linguísticos se organizam em cada situação comunicativa.

As indicações presentes nos documentos curriculares brasileiros evidenciam essa transformação de conceito. Os PCNs (BRASIL, 1998) e a BNCC (BRASIL, 2018) defendem que os conhecimentos gramaticais sejam trabalhados de maneira integrada às estratégias de linguagem, essas orientações demonstram que a proposta da gramática contextualizada não representa apenas uma discussão teórica, mas também uma diretriz para o trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas brasileiras.

Embora a BNCC represente um importante avanço ao propor um ensino pautado nas práticas de linguagem e na análise linguística, pesquisas recentes apontam que sua implementação ainda enfrenta desafios no cotidiano escolar, estudos mostram que muitos professores reconhecem a importância da gramática contextualizada, porém encontram dificuldades para colocá-la em prática seja pela influência de metodologias tradicionais, seja pela necessidade de formação continuada e de materiais didáticos mais alinhados às orientações curriculares (JESUS; NOGUEIRA, 2022).

5.2 A análise linguística como prática pedagógica

Entre as contribuições mais significativas dos estudos linguísticos para conteúdos gramaticais está a proposta da análise linguística, essa visão amplia o papel da gramática na escola ao incentivar o estudante a refletir sobre o funcionamento da língua em diferentes contextos de uso.

Defende Geraldi (1984, p. 35): “a análise linguística não é mais uma matéria separada: é o olhar que lançamos sobre todo texto que lemos ou produzimos”. Esse autor foi um dos pioneiros na defesa desse posicionamento ao propor que o processo de ensino da língua fosse organizado em torno da leitura e da produção textual. Para o autor, a ideia sobre a língua deve ocorrer a partir dos textos produzidos e interpretados pelos próprios estudantes, permitindo que

os conteúdos gramaticais sejam compreendidos em situações concretas. Essa elaboração é reforçada por Koch (1989), ao mostrar que os recursos gramaticais desempenham papel fundamental na construção da coesão e da coerência textual. Elementos como pronomes, conectivos, tempos verbais e mecanismos de referência deixam de ser estudados apenas como classificações gramaticais e passam a ser analisados em função dos sentidos que produzem nos textos.

Marcuschi (2008) também destaca que o estudo linguístico favorece o desenvolvimento da competência discursiva, pois possibilita ao estudante compreender como os diferentes gêneros textuais organizam a linguagem de acordo com seus objetivos comunicativos. Dessa maneira a aprendizagem da gramática ocorre de maneira integrada às práticas de leitura e produção textual.

Esse enfoque é reafirmado pela BNCC (BRASIL, 2018), que incorpora a análise linguística como um dos eixos estruturantes do trabalho com a língua, o documento orienta que os conhecimentos gramaticais sejam construídos a partir da observação dos usos da língua em diferentes gêneros discursivos, promovendo aprendizagens mais contextualizadas.

Esse ponto de vista permanece atual nas discussões sobre o ensino da língua materna. Guimarães (2025) mostra que a diversificação das metodologias de abordagem gramatical possibilita integrar os conteúdos gramaticais às práticas de linguagem contribuindo para uma aprendizagem mais significativa com as orientações da BNCC.

Essa realidade também é discutida por Silva, Pereira e Paulino (2021), que destacam que a consolidação da análise linguística depende de uma mudança na forma de compreender a abordagem dos conhecimentos linguísticos, pois não basta alterar os documentos curriculares é necessário que as práticas pedagógicas valorizem a reflexão sobre o funcionamento da língua em situações reais de comunicação.

A análise das obras consultadas constitui uma importante estratégia pedagógica para o Ensino Fundamental II, pois possibilita integrar os conhecimentos gramaticais às práticas de linguagem, favorecendo a formação de estudantes capazes de ler, interpretar e produzir textos adequação às diversas situações comunicativas.

Através do estudo realizado foi possível identificar que a gramática tradicional não se diferencia em uma abordagem contextualizada pelo contrário, ela ganha um novo sentido, pois saber classificar uma palavra ou identificar uma regra só é útil quando auxilia o estudante a entender por que uma frase se torna mais clara ou influente ao alterar o tempo verbal ou a posição de um pronome.

É essa junção, e não a troca do ponto de vista de uma pela outra, que responde à questão

central deste estudo, a forma como a gramática é ensinada depende da visão de linguagem que orienta o professor e possibilita que ele tome essas decisões de maneira consciente sobre a aprendizagem do aluno.

6 IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA DOCENTE

As reflexões desenvolvidas nos tópicos anteriores evidenciam que as mudanças ocorridas nos estudos da linguagem repercutem diretamente na atuação do educador, pois ensinar Língua Portuguesa atualmente, exige que o professor vá além do simples domínio da gramática normativa, requer a capacidade de criar situações de aprendizagem que permitam aos estudantes a compreender o funcionamento da língua em diferentes contextos.

Novas pesquisas que estão sendo realizadas indicam que muitos professores procuram combinar leitura e produção de texto, mas ainda adotam métodos tradicionais influenciados pelo uso de livros didáticos e por suas experiências de formação. Mostrando que a aplicação das propostas da BNCC exige um compromisso contínuo com a formação dos docentes e com a elaboração de recursos pedagógicos que estejam de acordo com a análise linguística.

Essa mudança não implica abandonar a gramática normativa, mas repensar sua função no processo de ensino e aprendizagem. Neves (2003) reforça que ensinar gramática não significa apenas transmitir regras, mas favorecer a compreensão do funcionamento da língua, essa noção amplia o papel do professor, que deixa de atuar como simples transmissor de conteúdo para assumir a função de mediador da aprendizagem, estimulando os educandos a refletirem sobre suas escolhas linguísticas.

Ao defender a integração entre leitura e produção textual, Geraldi (1984) propõe uma mudança significativa na organização das aulas de Língua Portuguesa, em vez de trabalhar conteúdos gramaticais de maneira isolada, o professor passa a explorar fenômenos linguísticos presentes nos textos utilizados em sala de aula. Essa ideia torna o estudo da gramática mais próximo das experiências de linguagem vivenciadas pelos estudantes.

Antunes (2007) reforça esse entendimento ao demonstrar que os conteúdos gramaticais ganham significado quando relacionados aos usos reais da língua. Quando o professor traz para a sala de aula atividades de leitura, produção textual, reescrita e oralidade deixando de representar momentos separados do estudo da gramática passando a constituir espaços privilegiados para o desenvolvimento da reflexão linguística, faz com que o estudante compreenda que os recursos gramaticais contribuem para a construção dos sentidos nos textos e para a eficácia da comunicação.

Ao discutir o ensino da língua Marcuschi (2008) amplia essa discussão ao trabalhar com

textos que circulam em diferentes práticas sociais, o professor possibilita que os estudantes compreendam como as escolhas linguísticas variam conforme os objetivos comunicativos, os interlocutores e os contextos de produção.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) reforçam esse conceito ao proporem que o ensino da língua seja organizado em torno das práticas de linguagem, ambos os documentos recomendam que os conhecimentos gramaticais sejam desenvolvidos de maneira integrada às atividades de leitura, escrita e oralidade, favorecendo o desenvolvimento da comunicação e da participação crítica dos estudantes.

É fundamental admitir que a implementação dessa proposta ainda constitui um desafio para muitos educadores. Para superar esses obstáculos é necessário investir na capacitação dos professores e na criação de práticas pedagógicas que integrem o ensino da norma-padrão ao pensamento sobre os usos da língua. Ajustes simples na estrutura das atividades podem promover um ensino mais reflexivo, desde que o docente elabore situações em que os conteúdos gramaticais estejam ligados ao uso prático da língua.

Segundo Guimarães (2025), tornar o ensino da gramática mais dinâmico é uma estratégia para criar propostas didáticas que integrem a leitura à compreensão do estudante. As discussões propostas pelos autores também encontram suporte na realidade escolar observada durante o período que realizei estágio supervisionado e ao assistir às aulas de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental II, foi possível notar que o ensino de conteúdos gramaticais ainda é frequentemente feito por meio de exercícios de classificação e memorização de regras, sem conexão com as práticas de leitura, escrita e oralidade. Foi observado também que o livro didático desempenha um papel central no planejamento de muitas aulas de língua portuguesa. Essa constatação enfatiza a relevância das reflexões expostas neste estudo, evidenciando que a mudança para uma abordagem contextualizada da gramática continua sendo um desafio no cotidiano escolar.

Outro ponto que os estudos analisados nos ajudam a compreender é a limitação de algumas pesquisas nacionais, a maior parte das experiências bem-sucedidas relatadas por autores mais recentes foram realizadas em centros urbanos de regiões mais desenvolvidas. É possível notar que essas propostas nem sempre levam em conta a realidade de locais como São João da Baliza e outras cidades de Roraima. Aqui a convivência com variedades regionais, línguas indígenas e falantes de espanhol exige uma gramática contextualizada que também valorize esses saberes locais.

O professor desempenha papel fundamental neste processo ao planejar situações de

aprendizagem que respeitem a diversidade dos usos da língua e contribuam para a formação de estudantes capazes de utilizar a linguagem de maneira crítica e competente.

Esses estudos permitiram observar que adotar uma abordagem contextualizada vai muito além de seguir apenas o que dizem os documentos curriculares, é fundamental que o professor crie na prática situações em que os alunos participem de verdade e ao fazer isso, parem para pensar como a língua funciona em cada situação de comunicação.

Com base nessas reflexões, é possível concluir que o trabalho docente no Ensino Fundamental II deve equilibrar o ensino da norma-padrão e a valorização da língua em uso. Não se trata de substituir uma abordagem por outra, mas de integrar diversos conhecimentos para que a gramática seja essencial no processo de aprendizagem.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, buscou-se compreender as implicações da gramática tradicional e da gramática contextualizada para a ação pedagógica no Ensino Fundamental II. As análises realizadas permitiram reconhecer que as diferentes concepções de linguagem influenciam diretamente a forma como a Língua Portuguesa é ensinada na escola, bem como as estratégias utilizadas pelos professores no desenvolvimento das aulas.

A pesquisa permitiu verificar que o trabalho com a gramática não precisa ser compreendido como uma escolha entre tradição e inovação, ao contrário, ela evidencia que essas abordagens podem dialogar quando o professor atribui significado aos conteúdos gramaticais por meio das práticas de linguagem.

As discussões desenvolvidas evidenciaram que a gramática tradicional desempenha importante papel na sistematização da língua e no ensino da norma-padrão, sendo necessária para a formação dos estudantes e para sua inserção em diferentes contextos acadêmicos. Entretanto, quando trabalhada de forma isolada, por meio da memorização de regras e classificações gramaticais, mostra-se insuficiente para promover o desenvolvimento da comunicação e da capacidade de utilização da língua em situações reais de interação.

Por outro lado, a gramática contextualizada apresenta-se como uma proposta capaz de integrar os conhecimentos gramaticais às práticas de leitura, escrita e oralidade, atribuindo significado aos conteúdos estudados e favorecendo uma aprendizagem mais crítica e reflexiva. Essa discussão revela que a gramática deixa de constituir um fim em si mesma e passa a ser compreendida como um instrumento que auxilia o estudante na leitura e na produção de textos, bem como na participação efetiva nas diferentes práticas sociais de linguagem.

Ao considerar a realidade observada nas escolas, percebe-se que muitos desafios ainda permanecem presentes no fazer pedagógico, especialmente no que se refere à permanência de metodologias centradas na classificação gramatical, essa constatação reforça a importância de investir em propostas que aproximam os conteúdos gramaticais das práticas efetivas de linguagem. Essa realidade mostra, ainda que os desafios relacionados ao ensino de gramática permanecem presentes nessas unidades de ensino, principalmente no que se refere à consolidação das propostas de análise linguística previstas pela BNCC.

As análises realizadas indicam que o debate entre a gramática tradicional e a contextualizada não deve ser visto como um conflito ou uma escolha obrigatória entre as duas. Os estudos sugerem que as duas podem se complementar quando usadas de forma integrada e alinhadas ao que se pretende ensinar, podendo assim melhorar o aprendizado dos alunos.

No entanto, é importante reconhecer que esta pesquisa possui limitações, uma vez que se trata de um estudo bibliográfico que não se aprofunda nas análises das experiências pedagógicas que ocorrem ao longo de um ano letivo em sala de aula, e também não apresenta dados estatísticos que possibilitem generalizar os resultados para todas as escolas da região. Assim, como não foi viável aprofundar nas particularidades da formação docente oferecida especificamente à rede pública, o que limita o aprofundamento de certas questões.

O estudo traz, como principal contribuição científica, a evidência de que a contradição aparente entre ensino explícito de conceitos e ensino contextualizado se dissolve ao se compreender a gramática como uma ferramenta para reflexão sobre os sentidos, em vez de um conjunto de regras fixas e imutáveis.

Recomenda-se que futuras investigações sejam realizadas. Conduzindo estudos de caso com educadores da região, monitorando a introdução de atividades de análise linguística ao longo de um semestre ou ano letivo; analisar como os recursos didáticos empregados nas escolas da área tratam da diversidade linguística e das variadas gramáticas; criar e experimentar sequências didáticas que relacionem conhecimentos gramaticais ao contexto sociocultural e às variedades linguísticas. Conclui-se com a certeza de que o avanço nesse debate depende de um trabalho coletivo, de atualizações teóricas, de investimento na formação dos professores e, principalmente, da valorização da língua viva, que se constrói e se modifica na interação diária das pessoas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho.** São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz.** São Paulo: Loyola, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Obra originalmente publicada em 1979)

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

DE JESUS, Júlia Lourenço; NOGUEIRA, Vanessa Pereira. **Análise linguística/semiótica em livros didáticos e sua relação com a BNCC.** Diadorim: Revista de Estudos Linguísticos e Literários, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 329-345, 2023. DOI: 10.35520/diadorim.2022.v24n2a51208. Acesso em 15 de julho de 2026

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia.** 6. ed. São Paulo: Ática, 1998. (Obra originalmente publicada em 1988.)

GERALDI, João Wanderley (Org.). **O texto na sala de aula.** Cascavel: Assoeste, 1984.

GUIMARÃES, Ana Maria de Mattos. **O ensino da gramática: possibilidades didático-metodológicas diversificadas em projeto de formação continuada de professores de língua materna.** DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v. 41, n. 1, p. 113-142, 2025. DOI: 10.1590/1678-460X202541170113. Acesso em 15 de julho de 2026.

KOCH, Ingedore Villaça. **A coesão textual.** São Paulo: Contexto, 1989.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Que gramática estudar na escola? Norma e uso na Língua Portuguesa.** São Paulo: Contexto, 2003.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola.** Campinas: Mercado de Letras, 1996.

SILVA, Thaynnáh Cibelly Caetano; PEREIRA, Sônia Virginia Martins; PAULINO, José Bruno da Silva. **Análise linguística, semiótica ou gramatical? As instruções oficiais brasileiras entre formas e usos da língua.** Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 1, p. 3775-3783, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n1-255. Acesso em 15 de julho de 2026.

TESCARI NETO, Aquiles; SOUZA DE PAULA, Flávio. **Normas gramaticais e análise linguística: o lugar dos julgamentos de gramaticalidade na aula de língua portuguesa.** Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, v.65, n. 2, p. 45-62, 2023. Acesso em 15 de julho de 2026.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação:** uma proposta para o ensino de gramática. São Paulo: Cortez, 1996.